

# TRANSIÇÃO ENERGÉTICA JUSTA NAS

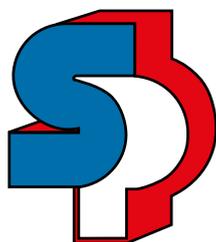


**MANUAL  
REIVINDICATIVO  
PARA PROFESSORES  
SINDICALISTAS  
ALUNOS E FUNCIONÁRIOS  
DAS ESCOLAS**





**[www.empregos-clima.pt](http://www.empregos-clima.pt)**



**Norte**

SPN  
Sindicato dos Professores  
do Norte



**SPGL**

SINDICATO DOS PROFESSORES  
DA GRANDE LISBOA

**Autores:** Rafael Tormenta (Sindicato dos Professores do Norte), Sinan Eden  
(Empregos para o Clima)  
**[www.empregos-clima.pt](http://www.empregos-clima.pt)**  
[Setembro, 2019]

Este trabalho está licenciado ao abrigo da Licença Creative Commons Atribuição-  
Não Comercial-Distribuição Lícita 4.0 Internacional. Uma cópia desta licença está  
disponível em <http://creativecommons.org/licenses/by-nc-sa/4.0/>.



# INTRODUÇÃO

A Conferência de Estocolmo, em 1972, foi o primeiro evento da ONU para discutir a preservação ambiental. Decorreram 47 anos desde que, institucionalmente, a sociedade se consciencializou para a importância de uma relação Homem-Ambiente mais justa e equilibrada e de que era necessário atender às necessidades do presente sem comprometer as gerações futuras.

Em 1992, no Rio de Janeiro, decorreu a Cimeira da Terra; os líderes de praticamente todos os países do mundo estiveram reunidos e, pela primeira vez, assumiu-se um compromisso histórico. Apesar de muitos considerarem que os acordos conseguidos ficaram muito aquém do desejável, deu-se um passo importante para a perceção e consciencialização da verdadeira crise global do ambiente.

Os líderes mundiais presentes tomaram consciência de que a queima e o abate indiscriminado das florestas tropicais, o aumento do ritmo de extinção das espécies, a poluição do ar e das águas, o aquecimento global, a destruição da camada de ozono, entre outros problemas ambientais, tinham consequências devastadoras no sistema ecológico da Terra, ou seja, no planeta em que vivemos.

Entretanto, volvidos 27 anos e apesar das bases importantes que esta cimeira lançou, o indicador ambiental que procura avaliar a sustentabilidade dos territórios, comparando a nossa utilização de recursos com a capacidade que a natureza tem de os repor - Pegada Ecológica - aumentou significativamente.

Se em 1970 era necessário 1 Terra para produzir os recursos consumidos, em 2010 já eram necessárias 1,5 Terras e em 2050 serão necessárias 3.

Uma análise da Pegada Ecológica dos países da União Europeia revela que Portugal tem a 6.ª Pegada mais baixa mas que é, ainda assim, muito superior à capacidade do Planeta. Assim, se todos os países tivessem a mesma Pegada Ecológica que Portugal, seriam necessários, em 2019, 2,3 planetas. A não adoção de medidas a curto/médio prazo pode ter consequências devastadoras e um dia pode ser tarde demais.

O desenvolvimento humano está, atualmente, associado ao desenvolvimento sustentável, desde que se integrou no conceito de desenvolvimento a dimensão ambiental, dada a necessidade de preservar os ecossistemas naturais.

O papel das escolas e dos professores, enquanto transmissores de saberes mas também de valores, é fundamental. Temos o dever de



consciencializar os nossos alunos para a necessidade de preservar o património natural e estabelecer uma relação mais equilibrada com a Natureza, de forma a alcançar o desenvolvimento sustentável. Consciencializar os nossos alunos de que é imperativa a adoção de políticas ambientais de proteção, controlo e gestão ambiental é um dos contributos mais importantes que nós, professores, podemos dar.

Também o Movimento Sindical, enquanto promotor de transformação social, tem que assumir este desiderato, a defesa do planeta. Afinal, defendê-lo é contribuir para o atenuar os contrastes de desenvolvimento entre as nações, melhorando a distribuição da riqueza e promovendo a aproximação entre os povos, contribuindo, desta forma, para o equilíbrio entre ambiente, sociedade e economia.

O que vamos deixar às gerações vindouras, aos nossos filhos e netos? Esta é uma questão moral e ética. Precisamos deste planeta para viver. É a nossa casa. Felizmente, as gerações vindouras estão a tomar entre as mãos este enorme desafio pois, como já o disseram, não há Planeta B.

José Feliciano Costa





# ALTERAÇÕES CLIMÁTICAS: O MAIOR DESAFIO QUE A HUMANIDADE ALGUMA VEZ ENFRENTOU



Designed by macrovector / Freepik

O quinto relatório do Painel Intergovernamental sobre Mudanças Climáticas (IPCC – Intergovernmental Panel on Climate Change), publicado em 2014, usa uma linguagem direta:

“A influência humana no sistema climático é clara e as emissões antropogênicas recentes de gases com efeito de estufa são as mais altas da história. As alterações climáticas recentes têm tido impactos abrangentes nos sistemas humanos e naturais.

O aquecimento do sistema climático é inequívoco e, desde os anos 50, muitas das alterações observadas são sem precedentes ao longo de décadas, até ao milénio. A atmosfera e o oceano têm aquecido, a quantidade de neve e gelo têm

diminuído e os níveis da água do mar têm aumentado.” [IPCC AR5 Synthesis Report – SPM 3]

O IPCC - criado em 1988 para dar parecer científico, técnico e socioeconómico à ONU (Organização das Nações Unidas) - junta centenas de cientistas do mundo e também revisores especializados que compilam a informação científica mais atualizada e produzem modelos climáticos para prever as hipóteses de futuro do planeta. Os relatórios do IPCC são baseados em factos, contudo o processo de escrita envolve as delegações políticas, que podem influenciar a escolha de palavras e as sugestões. Portanto, o IPCC representa o consenso científico atual, mas a expressão deste consenso está, até certo ponto, censurada, ou filtrada, nas versões finais dos relatórios. Por exemplo, o IPCC, em princí-



pio, tem tendência para evitar erros de “falsas positivas” em vez de “falsas negativas”. Ou seja, cada vez que existe um nível de incerteza, o IPCC escolhe a declaração mais conservadora; por isso os seus erros são mais no sentido de não ter previsto uma situação grave, do que de prever uma situação grave que na realidade não acontece.

Mesmo assim, o quinto relatório de avaliação usa palavras bastante fortes e claras:

“... as concentrações atmosféricas do dióxido de carbono, metano e óxido nitroso estão em níveis sem precedentes, pelo menos nos últimos 800.000 anos. Os seus efeitos, junto com outros fatores antropogénicos, têm sido detetados ao longo do sistema climático e é extremamente provável que tenham sido a causa dominante do aquecimento observado desde meados do século 20”. [IPCC AR5 Synthesis Report – SPM 4-5]

Com base neste relatório, os governos do mundo reuniram em Paris em dezembro 2015 e assinaram o Acordo de Paris, com o objetivo de garantir

“...um aumento da temperatura média global inferior a 2°C acima dos níveis pré-industriais e fazer esforços no sentido de limitar o aumento da temperatura para os 1,5°C acima dos níveis pré-industriais, reconhecendo que tal permitiria reduzir significativamente os riscos e o impacto das alterações climáticas.”

O Acordo de Paris em si não é vinculativo (por outras palavras, não existem sanções para o não cumprimento) e os compromissos nacionais resultariam num aumento de 3.0-3.5°C, se todos os governos cumprissem as suas metas voluntárias. O acordo foi, no entanto, uma manifestação global de reconhecimento político da ciência climática.

Um relatório mais recente do IPCC foca-se especificamente nos cenários de limitar o aquecimento para os 1.5°C acima dos níveis pré-industriais. Para atingir isto, as emissões globais líquidas de CO<sub>2</sub> têm que diminuir 45% até 2030 em comparação com os níveis de 2010 e devem

atingir um “zero líquido” por volta de 2050. [referência: <https://www.carbonbrief.org/in-depth-qa-ipccs-special-report-on-climate-change-at-one-point-five-c> ]



Designed by macrovector / Freepik

## A TERRA ESTÁ A AQUECER

As alterações climáticas não são uma possibilidade futura, mas sim uma realidade do nosso tempo. As temperaturas médias dos oceanos e dos solos estão a aumentar. Os dados dos satélites mostram que se liberta menos energia para o espaço. A concentração de dióxido de carbono na atmosfera está a aumentar: antes da revolução industrial havia 280 partes para um milhão de partículas no ar, hoje existem mais que 410. Os recordes de temperaturas altas são cada vez mais frequentes e os anos mais quentes registados aconteceram todos nos últimos vinte anos. Os níveis do mar estão a aumentar por causa do aquecimento dos oceanos que ficam cada vez mais ácidos por causa do CO<sub>2</sub> dissolvido. As camadas do gelo no Ártico e nas montanhas estão a diminuir drasticamente. [fonte: <https://www.skepticalscience>.



[com/10-key-climate-indicators-point-to-same-finding-global-warming-is-unmistakable.html](http://com/10-key-climate-indicators-point-to-same-finding-global-warming-is-unmistakable.html) ]



Designed by macrovector / Freepik

## NÓS ESTAMOS A AQUECER A TERRA

Todos estes factos estão a ser documentados diariamente. Mas mesmo sem estas observações, poderíamos prever o aquecimento simplesmente com base no facto de estarmos a emitir CO<sub>2</sub> e outros gases para a atmosfera. Na realidade, a primeira experiência em laboratório sobre o efeito de estufa foi feita por Joseph Fourier em 1824. Em 1859, John Tyndall analisou vários gases e as suas respetivas capacidades de captar energia (forçamento radiativo). Em 1896, Svante Arrhenius calculou a primeira previsão do aquecimento global por causa da duplicação do CO<sub>2</sub> na atmosfera. As estimativas de Arrhenius são realmente muito semelhantes às observações de hoje. Depois destes estudos hipotéticos, nos anos 1960, Charles David Keeling, que trabalhava no Observatório de Mauna Loa, no Hawai documentou a concentração atmosférica de CO<sub>2</sub>, anualmente. Em resumo, cinquenta anos atrás, já tínhamos conhecimento físico suficiente sobre a relação de causalidade entre CO<sub>2</sub> e aquecimento (chamado “efeito de estufa”) e dados suficientes para o aumento do CO<sub>2</sub> na atmosfera. Este estado de arte na Ciência foi apresentado ao congresso dos Estados Unidos da América por James Hansen, cientista no Instituto de Goddard da NASA, em 1988, o mesmo ano em que o IPCC foi fundado.

Os anos sucessivos não só multiplicaram o nosso entendimento do sistema climático, mas também reduziram as incertezas nos aspetos gerais das alterações climáticas. Um estudo

analisou artigos publicados em jornais científicos de Ciência Climática entre 1991 e 2013 e concluiu que, dos artigos que mencionaram uma posição sobre o assunto, 97.1% concordaram que as alterações climáticas estão a acontecer e que são causadas pelas atividades humanas. Este consenso verifica-se cada vez mais, nomeadamente com os últimos estudos, a mostrarem um consenso científico sobre a matéria entre 97.5% e 99.9%. [fonte: <http://the-consensusproject.com/> ]

Ironicamente, as empresas petrolíferas como Exxon e Shell - as que têm o maior interesse em não ter que forçar a redução de emissões - fizeram os seus próprios estudos já nos anos 1980. Estas empresas não só esconderam os resultados às populações, como também fundaram e financiaram organizações que criassem dúvidas sobre a ciência. [fonte: <https://www.desmog.co.uk/2018/10/05/fossil-fuel-companies-knew-how-hard-keeping-ipcc-safe-1-5c-limit-would-be-and-did-nothing> ]

Uma das estratégias usadas por estes negacionistas foi uma petição pressupostamente assinada por 31 mil cientistas que se opunham à ideia da existência de aquecimento global. Porém o único critério para poder assinar foi ter um grau universitário em qualquer ciência. Uma vez que, entre 1970 e 2008, houve 10 milhões de pessoas graduadas, o número de assinaturas, afinal, é muito reduzido no que concerne o número de cientistas. E, dos assinantes, só 0.1% tinham um diploma na área da ciência climática. [fonte: <https://www.skeptical-science.com/global-warming-scientific-consensus.htm> ] Este tipo de mediação e outras estratégias baseadas no exagero da opinião duma minoria e dos especialistas falsos produziram uma confusão pública sobre o consenso científico, que nos custou anos de inação climática. Contudo, os impactos cada vez mais visíveis e mais graves das alterações climáticas (ou seja, factos observados por todos) estão a mudar a opinião pública muito mais rapidamente.



Designed by macrovector / Freepik

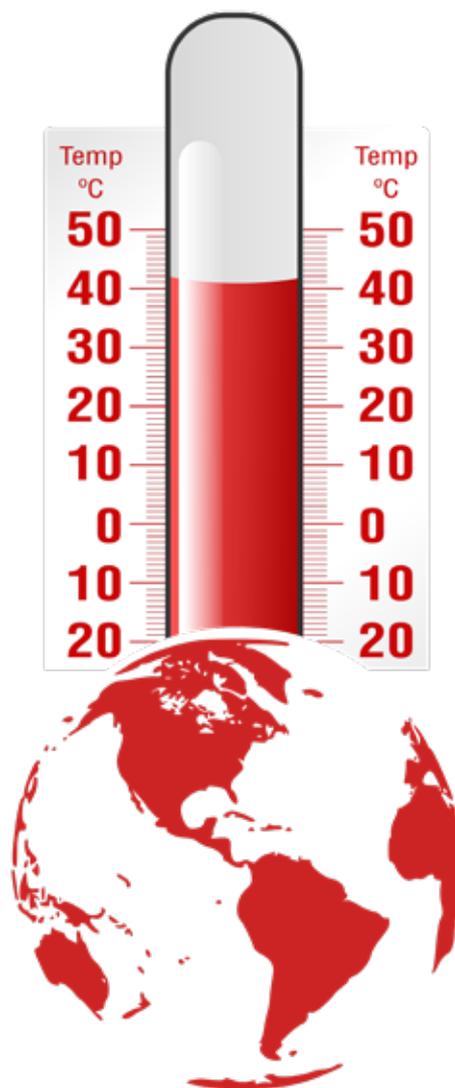


## O FUTURO DO CLIMA

Os modelos climáticos mostram que estamos a caminhar para um aquecimento de 3 a 4°C a nível global em média. Contudo, o Mediterrâneo é um “hotspot” em termos do aumento de temperatura e pode sofrer um aquecimento ainda mais grave. Com o aquecimento dos oceanos (absorvem 90% da energia capturada no sistema terrestre) o mar sobe e ameaça populações costeiras como Bangladesh, Nova Iorque, Londres e Aveiro. Mais energia capturada na atmosfera causa ondas de calor mais fortes e frequentes e, conseqüentemente, incêndios florestais descontrolados, como aconteceu na Califórnia no outono de 2018 e em Pedrógão, Leiria, no verão de 2017. Mais energia na atmosfera também implica mais tempestades, cada vez mais fortes, como se pode ver nos EUA, na China e nas Filipinas. Entre 1998 e 2017, os desastres climáticos custaram mais de 2 bilhões de dólares e afetaram centenas de milhares de pessoas. [fonte <https://www.forbes.com/sites/niallmccarthy/2018/10/12/the-cost-of-climate-related-disasters-soared-in-the-21st-century-infographic/#8202ee079760> ]

Seguem-se as secas crônicas, como foi documentado na África subsaariana e como está a ser comprovado no Alentejo. Com os gelos perdidos, perdemos os rios. Com rios mortos, perdemos a água. Sem água, não existe agricultura, nem comida. A crise alimentar conduziu à crise na Síria. Os conflitos sociais e os imigrantes climáticos fazem já parte da nova realidade do caos climático.

Tudo isto é razão para que nos impliquemos na ação. Ainda que a ciência nos diga que existem pontos sem retorno no sistema terrestre e que as alterações climáticas podem, a partir de um certo momento, tornar-se irreversíveis. Temos uma janela da ação muito pequena. Com as trajetórias atuais, em cinco anos vai ser emitido mais CO<sub>2</sub> do que é necessário para garantir um aumento de 1.5°C e em vinte anos vamos terminar com a possibilidade de manter o aquecimento abaixo de 2°C. Temos que agir urgentemente.





# AS POLÍTICAS CLIMÁTICAS



Designed by macrovector / Freepik

Enquanto é verdade que temos pouco tempo, a ciência também diz-nos que o futuro ainda não está determinado. Temos vários possíveis futuros à nossa frente e, nos próximos cinco a dez anos, é imprescindível que cada um de nós, individualmente ou em grupos de ação, se organize em prol da defesa do Planeta. É necessário que cada país, cada região, cada continente tome consciência das suas necessidades para fazer frente às situações que contribuem para os desequilíbrios ecológicos que provocam já ou a breve prazo a morte dos seres vivos, nomeadamente do Homem.

Os governos só deverão ser eleitos se tiverem e cumprirem programas adequados a esta intervenção urgente; se se comprometerem a acabar com tudo e todos os que põem em causa a vida dos outros, em defesa dos seus interesses

e enriquecimento fácil e rápido; se apresentarem projetos de renovação energética, para que não se ponha em causa qualquer tipo de harmonia ecológica.

## JUSTIÇA CLIMÁTICA

O último relatório do IPCC explica que para limitar o aquecimento global abaixo de 1.5°C, relativo aos níveis pré-industriais, as emissões globais devem ser cortadas 50% até 2030. Contudo, o que cada país deve fazer para atingirmos esta meta depende da sua responsabilidade histórica nas alterações climáticas.

Os países que se industrializaram no século XIX tiveram um maior papel nas emissões históricas. Aliás, depois das emissões de uma molécula do CO<sub>2</sub>, o respetivo efeito de estufa



só é observado 40 anos depois, por causa do atraso causado pelo ciclo de carbono. Por outras palavras, hoje sentimos o aquecimento das emissões de há 40 anos. [Fonte: <https://www.skepticalscience.com/Climate-Change-The-40-Year-Delay-Between-Cause-and-Effect.html> ]

Além disso, possivelmente, todos os países do Norte Global não só começaram a emitir gases com efeito de estufa, mas também bloquearam o desenvolvimento dos países do Sul Global. Por isso, os países do Sul Global, mais afetados pelos impactos das alterações climáticas, também têm menos capacidade de se adaptarem às alterações climáticas. (Ver: Carbon Map. <https://www.carbonmap.org/> ]

Neste sentido, o enquadramento do Protocolo de Quioto tinha o termo “responsabilidade comum, porém diferenciada” como princípio na determinação dos cortes necessários por país. Em palavras simples, a um país como o Níger não pode ser imposto tornar-se neutro em carbono ao mesmo tempo que um país como França. Os países do Norte Global devem assumir um empenho maior na ação climática. Um estudo feito pelo Stockholm Environment Institute calcula as responsabilidades que correspondem a cada país e mostra o caminho que cada um deve tomar. [Fonte: <https://calculator.climateequityreference.org/> ]

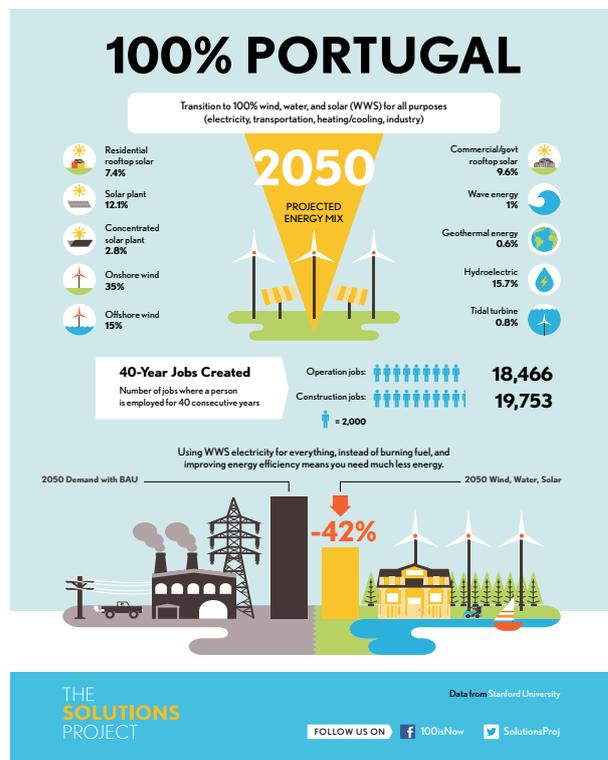
Resumidamente, para cumprir a meta de limitar aquecimento global por 2°C, Portugal tem de cortar as suas emissões por 60-70% nos próximos 10 a 15 anos.

## POLÍTICAS ENERGÉTICAS EM PORTUGAL

Portugal emite 68 milhões de toneladas de gases com efeito de estufa (CO<sub>2</sub>-e) por ano. Um quarto destas emissões vem da indústria energética (produção de energia, como aquecimento e eletricidade). Outro quarto vem do setor dos transportes (petróleo queimado pelos veículos). Outros setores importantes são a combustão

industrial (queima direta dos combustíveis fósseis nas fábricas), a agricultura, os resíduos e outros processos industriais (processos químicos que produzem gases como produto lateral).

Apesar da propaganda mediática do sucesso das energias renováveis em Portugal, as no-



tícias não mencionam que a produção de eletricidade não é igual à produção de energia. A eletricidade é só um quarto do consumo final da energia em Portugal do qual uma boa parte vem das fontes renováveis. Ainda sobre o uso das fontes renováveis, para aquecimento só um quarto da energia é produzido pelas renováveis (e isto, assumindo que todas as barragens são fontes renováveis – uma questão bastante problemática).

Neste momento, existe muita capacidade instalada na energia hídrica e eólica, mas falta ainda potenciais sustentáveis na energia eólica offshore e principalmente solar. De acordo com The Solutions Project, a produção energética de 100% renováveis é possível em Portugal. Isto implicaria um mix energético com 32% energia solar (em vez do 1% atual), 50% energia eólica (onshore e offshore), 16% energia hídrica (que implica uma capacidade menor de atual) e outras fontes como ondas, marés e geotérmica.



[Fonte: [http://thesolutionsproject.org/wp-content/uploads/2015/11/100\\_Portugal-1.pdf](http://thesolutionsproject.org/wp-content/uploads/2015/11/100_Portugal-1.pdf)]

Governos consecutivos tiveram um discurso relativamente ambicioso sobre ação climática. Contudo, os mesmos governos assinaram quinze contratos de exploração de petróleo e gás, projetaram um gasoduto de 160 quilómetros entre a Guarda e Bragança, assinaram acordos com o governo de Trump para receber gás de fracking dos Estados Unidos pelo Porto de Sines, adiaram o encerramento da central termoelétrica de Sines, desmantelaram a ferrovia,

e querem ainda construir mais aeroportos – nomeadamente no Montijo.

O recentemente divulgado Roteiro para Neutralidade Carbónica 2050 explica o plano de ação do Partido Socialista para descarbonizar a economia. As metas deste roteiro são muito semelhantes às do Compromisso para Crescimento Verde do anterior governo de PDS/CDS-PP. Ambos os documentos são compatíveis com os compromissos da União Europeia no Acordo de Paris. Ambos garantem um aquecimento de 3°C de aquecimento global até ao fim do século.

## UMA TRANSIÇÃO ENERGÉTICA JUSTA E TRANSFORMATIVA

No movimento sindical global, a expressão “transição justa” é conhecida como algo que significa proteção social do sustento de trabalhadores e comunidades; formação e requalificação; negociação coletiva, consultas sociais e diálogo social. Tem sido o lema sindical desde os diálogos sobre o clima em Copenhaga em 2009, e pela primeira vez foi reconhecido no preâmbulo do Acordo de Paris em 2015:

“Tendo em conta os imperativos de uma transição justa para a população ativa e criação de trabalho digno e emprego de qualidade, em conformidade com as prioridades de desenvolvimento definidas a nível nacional.” [fonte: 119 <https://unfccc.int/resource/docs/2015/cop21/eng/I09.pdf>]

Já foi salientado qual é o princípio para uma transição justa. Em detalhe, isto é o que abarca o movimento sindical europeu e internacional

condições de trabalho dignos e sustentáveis

- Representação e consulta dos trabalhadores
- Proteções sociais – ajudas ao rendimento, oportunidades de formação e recolocação, segurança no regime de



- Trabalhos mais verdes – contratos e



pensões para trabalhadores mais velhos e ajudas na adaptação das comunidades às alterações climáticas

- Apoio à inovação e partilha da tecnologia de modo a permitir uma transformação rápida da energia e oportunidades de produção
- Distribuição justa dos custos e reconhecimento pelos direitos humanos e sociais
- Diálogo social com todas as partes relevantes, incluindo negociação coletiva com os trabalhadores e sindicatos para mudanças no local de trabalho.

Contudo, uma transição justa não é apenas um conjunto de reivindicações para assegurar a proteção dos trabalhadores, famílias e comunidades. Isto é necessário, mas só poderemos ter uma verdadeira transição energética se democratizarmos o sistema energético e acabarmos com as desigualdades e injustiças nele contidas. [Fonte: Transição Justa e Democracia Energética, Public and Commercial Services Union: <http://www.empregos-clima.pt/wp-content/uploads/2018/01/Transicao-Justa-e-Democracia-Energética-PCS-webcopy.pdf> ]

## DEMOCRACIA ENERGÉTICA

Um dos termos importantíssimos que o movimento sindical internacional usa é a democracia energética. Esta reivindicação está baseada em três pilares: utilização de fontes de energia limpas e sustentáveis, sob controlo público, geridas pelas comunidades.

É essencial compreendermos a ligação entre utilização de energias limpas e a democracia.

Em primeiro lugar, o funcionamento normal da indústria dos combustíveis fósseis de hoje é um investimento direto nas catástrofes do futuro. Uma subida de 2 graus nas temperaturas médias globais significaria desertificação, falhas de infraestrutura, fenómenos meteorológicos extremos mais fortes e mais frequentes e con-

flitos sociais. Não podemos ser nós a tomar a decisão de condenar as gerações futuras a esta realidade. Para que estas gerações futuras tenham a possibilidade de decidir, temos de



Designed by macrovector / Freepik

preservar as bases mínimas para um planeta habitável.

Mas as alterações climáticas não são uma espécie de cenário hipotético para o futuro: já há milhões de pessoas a sofrer com os seus impactos nos dias de hoje. O investimento em projetos de combustíveis fósseis e a manutenção dos projetos existentes têm impactos nas Filipinas, no Bangladesh, na África subsahariana, na América do Sul e em muitas outras partes do mundo. O planeta Terra não reconhece as fronteiras criadas pela humanidade, os impactos são mundiais e as populações mais vulneráveis são as que mais sofrem. As alterações climáticas limitam as suas possibilidades e condicionam as suas decisões. Uma transição para energia limpa e sustentável significa também que estas populações teriam maior capacidade de autodeterminação.

Em segundo lugar, o controlo público no sistema energético é indispensável para uma transição. As empresas multinacionais e os mecanismos do mercado estão a falhar, o que se prova pelas negociações dos últimos 25 anos em conjunto com o contínuo aumento de emissões de gases com efeito de estufa.

O interesse das empresas privadas num futuro limpo e sustentável é arbitrário. Apenas se interessam em fazer mais e mais lucro e, se às vezes as energias renováveis são lucrativas,



noutras vezes é melhor para o seu negócio bloquear a transição.

A habitabilidade do planeta é uma questão demasiado séria para ficar como uma esperança de efeito secundário do funcionamento normal da economia. É por isto que o debate deve ser retirado do plano das preocupações com a maximização do lucro. Esta é uma decisão sobre a nossa sociedade, o nosso planeta, o nosso presente e o nosso futuro.

É por isso que democracia energética significa controlo público da energia.

Em terceiro lugar, é também essencial democratizar a própria gestão do sistema energético.

O controlo público permite que haja mais escrutínio público, regulação e documentação, mas ainda assim os governos tendem a representar os maiores interesses económicos, colocando o poder nas mãos de multinacionais e não das pessoas. Projetos de grande escala com pouca ou nenhuma participação popular têm tendência a gerar mais conflitos do que coesão – como tem acontecido por exemplo nos projetos de construção de grandes barragens e parques eólicos.

Devemos admitir ainda que várias unidades de produção energética públicas e privadas terão de ser rapidamente encerradas, se queremos completar a transição a tempo: refinarias, minas de carvão, centrais elétricas alimentadas com combustíveis fósseis etc. Uma transição justa significa que os trabalhadores destes setores e mais geralmente as comunidades afetadas pelos encerramentos não terão de sofrer as consequências. Temos de garantir que terão oportunidades de emprego alternativas, com acesso à requalificação e garantia de emprego. Isto só é possível com o envolvimento direto destas pessoas.

O envolvimento direto das comunidades na transição pode tomar diversas formas: para projetos centralizados como fábricas ou centrais elétricas, pode ser uma mistura entre participação dos trabalhadores e envolvimento da população local, em articulação com alguma

gestão a nível nacional. Há também outras formas de “parcerias público-públicas” que podem ser utilizadas nos transportes públicos urbanos: o governo central é responsável pelo financiamento do serviço, enquanto a gestão é feita a nível municipal. Um outro exemplo é a produção localizada em pequena escala (de energia ou de comida, por exemplo), que pode ser organizada dentro de cada bairro, em coordenação com o governo local e nacional.

[Fonte: <http://www.empregos-clima.pt/base-para-uma-transicao-justa-democracia-energetica-sinan-eden-climaximo/> ]

## EMPREGOS PARA O CLIMA

A campanha “Empregos para o Clima”, pretendendo reunir a luta quotidiana das classes trabalhadoras com a dos ambientalistas, defende a criação a breve prazo de 100.000 empregos dignos, de iniciativa pública, para o combate às alterações climáticas. Existe em Portugal, desde 2015, juntando várias organizações ambientais (Climáximo, GAIA, Zero, entre outras) e laborais (Precários Inflexíveis, SPGL, SPN, CGTP, STCC) e continua em desenvolvimento, enriquecendo-se permanentemente com novos estudos e atualizando dados. Assim, enfrenta-se a crise climática e a crise social do desemprego e da precariedade. Em 2016 trabalhavam, em Portugal, cerca de 20.000 trabalhadores no setor petrolífero.

Estima-se que, com o investimento em vários se-



tores de emprego de energias renováveis, que substituirão a energia de combustíveis fósseis, possa abarcar cerca de 120.000 postos ou mais. Em Portugal, é possível produzir 100% da energia a partir de fontes renováveis (solar, eólica, geo-



térmica, ondas, marés e outras).

## TRANSIÇÃO JUSTA NAS ESCOLAS

A conversa social à volta da transição justa tem que ser muito mais ampla do que o que acontece hoje em dia. A transição não é sobre alguns setores relevantes, ou como as alterações climáticas não afetam algumas comunidades. Todos os sindicatos devem assumir um papel forte e encontrar formas de intervenção nos seus locais de trabalho e nas políticas nacionais e internacionais.

Adicionalmente, no setor de educação, é essencial enfrentar o mito de as alterações climáticas serem um problema só para as futuras gerações. É um facto que a crise climática não só afeta dezenas de milhões de pessoas neste momento; também é urgente agir nos próximos 5 a 10 anos para evitar um caos climático irreversível. Pelo apelo de Greta Thunberg, aluna do ensino secundário sueco, de 16 anos, surgiram greves estudantis pelo clima em vários países do mundo, juntando milhares de jovens nas ruas. Nas palavras da Thunberg:

“Porque é que devo estudar para um futuro que em breve pode deixar de existir, quando ninguém faz nada para salvar esse mesmo futuro? E que sentido faz aprender factos quando os factos mais importantes claramente não significam nada para a nossa sociedade?”

Thunberg convocou greves de estudantes todas as sextas-feiras, apelando a uma verdadeira ação pelo clima. As alunas e os alunos estão a constatar cada vez mais que este assunto já não pode ser adiado. [Fonte: <https://www.theguardian.com/environment/2018/dec/04/leaders-like-children-school-strike-founder-greta-thunberg-tells-un-climate-summit> ]

Para além das ações na rua, os sindicatos nas escolas podem ter um papel importantíssimo na defesa e implementação das políticas concretas

para uma transição justa.

Há ainda muitas escolas em Portugal pouco alertadas para as questões que se relacionam com as consequências das alterações climáticas. Apesar de algumas iniciativas, como as da Assembleia da República, não existem planificações de atividades educativas sistemáticas nas escolas públicas. Para além das condições físicas negativas que persistem em algumas escolas mais antigas (presença de amianto nas construções, inexistência de espaços verdes), há muito poucos projetos que alertem os jovens cidadãos para o perigo elevado que se aproxima aceleradamente das suas vidas e que os tornem cidadãos implicados, interventivos. A atuação governamental limita-se a permitir a criação de projetos no âmbito da autonomia curricular das escolas, mas não intervém direta ou indiretamente na formação de diretores, de professores e de assistentes operacionais, no âmbito das alterações climáticas.

Por outro lado, é necessário efetuar um processo de transição justo em relação a empresas cujos serviços as escolas contratam ou compram casualmente: as cantinas ( maior divulgação, maior oferta e mais qualidade da alimentação vegetariana; uso de produtos de higiene e de limpeza não poluentes; etc...) as empresas que fornecem papel, impressoras, computadores e outras, que deverão ter e praticar (ou passar a praticar) obrigatoriamente planos de emergência em relação à poluição.

## UM PLANO DE INTERVENÇÃO PELO CLIMA NAS ESCOLAS

Assim, as escolas precisam, nos espaços e tempo das suas comunidades educativas (alunos, professores, elementos da direção e da gestão intermédia, assistentes operacionais, pais e encarregados de educação, instituições culturais e económicas) de criar planos de intervenção, em várias vertentes:



Designed by macrovector / Freepik



- realizar um estudo/levantamento sobre a energia de que a escola necessita: onde existem perdas; onde existe consumo desnecessário; onde é necessária energia (aquecimento, etc.), mas não existe;

- começar a produzir energia: utilizando painéis solares não só para aquecimento, mas também para eletricidade;

- reduzir o consumo: nas cafetarias, nas máquinas de produtos alimentares

- reforçando o consumo vegetariano, usando alimentos menos processados e alimentos locais; e, eventualmente, criar hortas pedagógicas donde possam emanar produtos agrícolas saudáveis para consumo próprio;

- Investir na eficiência dos edifícios: reconstruindo ou modificando, se necessário, utilizando menos plástico ou quase nenhum.

Tudo isto implica propostas administrativas baseadas em cálculos objetivos e concretos que possam servir de fundamento a eventuais sugestões de financiamento a nível das autarquias locais ou do governo central.

## CONCLUSÕES

Começámos a escrever este documento em novembro de 2018, depois de vários meses a refletir sobre a transição energética justa e sobre possíveis formas de intervenção nas escolas. Uma semana depois, Greta Thunberg, uma aluna sueca de escola secundária que faltava às aulas todas as sextas-feiras para ir para a frente do parlamento exigir ação climática, esteve na cimeira do clima em Katowice, Polónia. Acabou o seu discurso com as seguintes palavras:

“Em 2078, vou celebrar o meu 75º aniversário. Se tiver filhos, pode ser que eles passem este dia comigo. Pode ser que eles façam perguntas sobre vocês. Pode ser que perguntem como não fizeram nada, quando ainda havia tempo para agir. Vocês dizem que amam os vossos filhos acima de tudo, mas mesmo assim estão a roubar o futuro deles à frente dos seus olhos.

Até que se comecem a focar no que precisa de ser feito, em vez de no que é politicamente possível, não haverá esperança. Não podemos resolver uma crise sem a tratar como uma crise. Precisamos de deixar os combustíveis fósseis no solo e

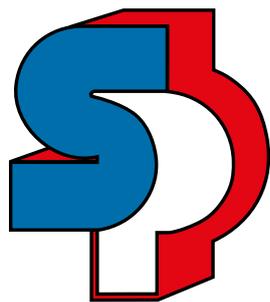
precisamos de focar-nos em equidade. E se as soluções neste sistema são impossíveis de encontrar, talvez devamos mudar o próprio sistema. Não viemos aqui para mendigar aos líderes do mundo para se preocuparem. Vocês ignoraram-nos no passado e vão ignorar-nos de novo. Já estamos cansados de desculpas e já estamos quase sem tempo. Viemos aqui para vos dizer que a mudança está a chegar, gostem dela, ou não. O verdadeiro poder pertence às pessoas.”

Três meses depois, no dia 15 de março de 2019, ao finalizarmos este documento, milhares de alunos e alunas em Portugal, inspirados pelas palavras da Greta, faltaram às aulas para exigir ação climática. No mundo, 1.4 milhões de alunos e alunas faltaram às aulas neste dia.

Revemo-nos na liderança destes jovens. Temos a certeza que os professores com os seus conhecimentos e os sindicalistas com as suas experiências de intervenção reivindicativa podem complementar esta energia. Imaginamos este caderno como uma ferramenta de aliança intergeracional pela justiça climática.

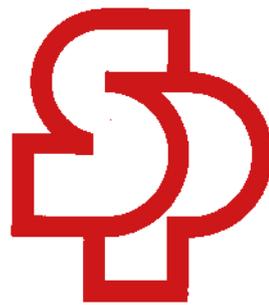


[www.empregos-clima.pt](http://www.empregos-clima.pt)



**Norte**

SPN  
Sindicato dos Professores  
do Norte



**SPGL**

SINDICATO DOS PROFESSORES  
DA GRANDE LISBOA

